



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE 02 (DUAS) BRINQUEDOPRAÇAS,  
LOTE I LOCALIZADA NA RUA DO CAMPO, NO MUNICÍPIO DE  
MURIBECA SE E O LOTE II LOCALIZADA NA RUA "A", S/N,  
LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO SE.**

<b>ÓRGÃO REQUISITANTE: SEDURBI</b>
<b>SETOR RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: SPP</b>
<b>DATA: ABRIL/2026</b>

Rua Vila Cristina, nº 1.051, Bairro Treze de Julho – Aracaju/SE

CEP: 49020-150



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo técnico preliminar para solução visando atender necessidade de Execução da Implantação de 02 (Duas) Brinquedopraças, Lote I Localizada Na Rua Do Campo, No Município De Muribeca SE e o Lote II Localizada Na Rua “A”, S/N, Localizada No Município De Santana Do São Francisco SE.

1. - **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE** – art. 26, I, do Decreto Estadual nº 342/2023

Execução da Implantação de 02 (Duas) Brinquedopraças, Lote I Localizada Na Rua Do Campo, No Município De Muribeca SE e o Lote II Localizada Na Rua “A”, S/N, Localizada No Município De Santana Do São Francisco SE. A Implantação representa um importante espaço público importante para comunidade, devido ao fortalecimento da economia local.

Estes serviços visam proporcionar melhores condições de uso à comunidade, incentivar a prática de alimentação saudáveis, além de fomentar a economia local.

2. - **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** – art. 26, II, do Decreto Estadual nº 342/2023

A contratação está prevista no Plano Plurianual para o período de 2024-2027, Lei Estadual nº 9.371/24.

Será publicada Instrução Normativa para dispor a respeito do plano de contratações anual, nos termos do que determina o art. 21 do Decreto Estadual nº 342/2023:

Art. 21. A Secretaria Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística - SECLOG elaborará, conforme regulamento, o Plano de Contratações Anual do Estado, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

3. – **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS** – art. 26, III, do Decreto Estadual nº 342/2023

3.1. Critérios de sustentabilidade: é importante priorizar fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade.

3.2. Padrões mínimos de qualidade: é importante que o serviço prestado, assim como todos os insumos utilizados, atenda aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela SEDURBI, garantindo a segurança e eficiência das atividades desenvolvidas.

3.3. Preço: é importante considerar o preço dos serviços prestados, garantindo que a solução seja econômica e compatível com o orçamento disponível.

3.4. Observância às leis e regulamentações específicas: é fundamental que os fornecedores sejam legalmente estabelecidos e estejam em conformidade com as regulamentações específicas da área, especialmente:

3.4.1. Os serviços objeto deste ETP deverá ser executados por empresas especializadas em serviços técnicos de engenharia civil.

3.4.2. Comprovar estar devidamente inscrita e habilitada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU, no estado de sua sede ou seu domicílio para o exercício das atividades.

3.4.3. Comprovar possuir Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executada obra(s) e/ou serviço(s) com características técnicas, quantidades e prazos compatíveis com o objeto.



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

3.4.4. Comprovar possuir em seu quadro permanente, ou ter à sua disposição na data da licitação, profissional (ais) de nível superior, detentor (es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, registrado(s) no CREA ou no Conselho Profissional competente, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART por execução de serviços de características técnicas semelhantes às do objeto.

4. – **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES** – art. 26, IV, do Decreto Estadual nº 342/2023

Os serviços e seus respectivos quantitativos foram estimados de acordo com o projeto concebido e encontram-se na planilha orçamentária anexa, elaborada com base no sistema ORSE/SINAPI, na forma da Lei nº 14.133/21.

5. – **LEVANTAMENTO DE MERCADO** – art. 26, V, do Decreto Estadual nº 342/2023

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Após a verificação do objeto demandando, foi realizado o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

- a) O objeto demandado já foi anteriormente contratado pela SEDURBI e possui contratações similares feitas por outros órgãos do Estado e demais entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- b) Promover o desenvolvimento integral na primeira infância e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, e é especialmente voltado às crianças e à comunidade local. o uso sustentável do espaço público e resgatando seu valor simbólico para a cidade;



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

- c) Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;
- d) Tendo em vista que o objeto está enquadrado como obra, mostra-se adequada a adoção da modalidade concorrência, na forma da Lei nº 14.133/2021, para contratação de empresa;
- e) Tendo em vista as considerações aqui apontadas, mostra-se mais adequada a adoção do tipo “menor preço” para a seleção do fornecedor;
- f) Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto no DFD, neste ETP e que deverão ser detalhadas no Projeto Básico;
- g) As demais exigências de habilitação deverão ser definidas em Edital.

6. – **ESTIMATIVA DO VALOR POTENCIAL DA CONTRATAÇÃO** - art, 26, VI, do Decreto Estadual nº 342/2023

O valor total para a execução das obras e serviços objeto deste Estudo foi estimado através levantamento de quantitativos, baseados no conjunto dos projetos gerando a planilhas **ORSE nº 17 LOTE I R\$ 342.357,68 (trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos)** e planilha **ORSE nº 14 LOTE II R\$ 350.003,12 (trezentos e cinquenta mil e três reais e doze centavos)** referentes ao mês de janeiro/2026 (ORSE e SINAPI), conforme Planilhas Orçamentárias em anexo, valor este que se estabelece como condição para a desclassificação das propostas cujo valor global venha a ser a ele superior, Contabilizando o **Valor Global de R\$ 692.360,80 (Seiscentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta reais e oitenta centavos)**, estimado na forma da Lei nº 14.1333/2021, conforme orçamento detalhado em anexo..



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Neste valor estão incluídos todos os custos, impostos, taxas, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros que, direta ou indiretamente, decorram da execução da obra e dos serviços objeto deste Estudo.

7. - **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** – art. 26, VII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Contratação de empresa especializada em engenharia, para Execução da Implantação de 02 (Duas) Brinquedopraças, Lote I Localizada Na Rua Do Campo, No Município De Muribeca SE e o Lote II Localizada Na Rua “A”, S/N, Localizada No Município De Santana Do São Francisco SE.

8. - **JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO** – art. 26, VIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) estabelece, em seus princípios e diretrizes, a necessidade de observância de critérios que favoreçam a competitividade, a economicidade e a eficiência nas contratações públicas. A própria legislação prevê que, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o objeto licitado deve ser parcelado em lotes, favorecendo maior participação de licitantes, especialmente aqueles de menor porte ou com capacidade restrita ao objeto parcial, ampliando, assim, a competitividade do certame e a vantajosidade para a Administração.

Diante dos aspectos analisados, verifica-se que o parcelamento do objeto em Lote I Localizada Na Rua Do Campo, No Município De Muribeca SE e o Lote II Localizada Na Rua “A”, S/N, Localizada No Município De Santana Do São Francisco SE é tecnicamente viável, não havendo impedimentos que comprometam a execução das obras de forma independente. A divisibilidade contribui para maior competitividade na licitação, otimização de recursos, cumprimento eficiente dos prazos e pleno aproveitamento do material já ajustado para cada lote.



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

**9. – JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

A participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame, conforme a definição trazida pela Lei no 14.133/2021, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

**10. – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – art. 26, IX, do Decreto Estadual nº 342/2023**

Com a Implantação das Brinquedopraças, com requalificação dos passeios, mobiliário urbano e áreas comuns, aumento da segurança e conforto dos usuários com a recuperação de calçadas, iluminação pública, e sinalização adequada, valorização paisagística, com implantação de áreas verdes, jardinagem e drenagem superficial eficiente, promoção da acessibilidade, assegurando que o espaço possa ser usufruído por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estímulo ao turismo local e à economia criativa, por meio da criação de espaços adequados para atividades comerciais, culturais e de lazer, fortalecimento do sentimento de pertencimento da comunidade, que passará a contar com um espaço público para convívio, para atividade local e integração social para todos.

**11. – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS – art. 26, X, do Decreto Estadual nº 42/2023**



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA**

Para viabilizar a execução do objeto, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração e aprovação dos projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos necessários.
- Verificação da disponibilidade orçamentária para a contratação.
- Definição e demarcação da área destinada à implantação da brinquedopraça.
- Levantamento das condições do terreno e da infraestrutura existente no local.
- Obtenção das autorizações e licenças eventualmente exigidas pelos órgãos competentes.
- Designação dos servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual.
- Planejamento das medidas de segurança para a área durante a execução da obra.

**12. – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES** – art. 26, XI, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não há necessidade de adoção de contratações correlatas.

**13. – IMPACTOS AMBIENTAIS** – art. 26, XII, do Decreto Estadual nº 342/2023

A implantação da brinquedopraça poderá gerar impactos ambientais temporários decorrentes da movimentação de solo, utilização de materiais de construção, geração de resíduos e circulação de máquinas e equipamentos.

Para minimizar tais impactos, deverão ser observadas as seguintes medidas:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação vigente.
- Controle da dispersão de poeira e de ruídos durante a execução dos serviços.





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

- Preservação da vegetação existente, sempre que possível.
- Utilização de materiais que atendam aos requisitos de qualidade, segurança e sustentabilidade.
- Recuperação e limpeza da área após a conclusão dos serviços.
- Adoção de práticas que reduzam desperdícios de materiais e recursos naturais.

Considera-se que os impactos ambientais decorrentes da obra são de baixa magnitude, temporários e mitigáveis mediante a adoção das medidas acima descritas.

**14. – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** – art. 26, XIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Deverá ser providenciada a adoção de medidas cabíveis e necessárias quanto ao correto recolhimento de resíduos da construção civil, assim como garantir que seja dada a destinação ambientalmente adequada.

Os serviços tais como demolição, esquadrias, instalações e reparos estruturais seguirão as determinações constantes no Projeto Básico e/ou especificações técnicos.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT.

**15. – EQUIPE RESPONSÁVEL**

**Aracaju/SE, 22 de abril de 2026.**

**ALISSON SANTOS LIMA**  
**ENGENHEIRO CIVIL**  
**SPP/SEDURBI**

**VINICIUS ALMEIDA MELO**  
**SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E PROJETOS**  
**SPP/SEDURBI**